

DF nas prioridades do PND

dos projetos do Buriti para Brasília e satélites

Economistas defendem

É a saída para acabar com o autoritarismo

F. GUALBERTO

O plano de ação do Governo do Distrito Federal deve constar do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que teve suas diretrizes básicas anunciadas pelo ministro João Sayad no último fim de semana. A defesa dessa tese está sendo patrocinada pelo Conselho Regional de Economia — Corecon, que acredita que esta é a melhor forma de se legitimar os projetos do Executivo para o DF e acabar com seu caráter autoritário.

A inclusão desse plano para o Distrito Federal no primeiro PND da Nova República, entende o presidente do Conselho, Paulo Timm, representa também uma garantia de que Brasília e o Distrito Federal estarão entre as prioridades sócio-econômicas do Governo Federal. E uma forma, defende ele, de se precisar as áreas prioritárias e o volume de recursos

que nelas serão investidos.

O Distrito Federal, observou o economista, é uma região com "sérios problemas" e que precisa de soluções definidas a partir de uma análise mais global. Mesmo sendo sede do Governo Federal, está em Brasília uma grande concentração de desempregados. Somente com um planejamento social e econômico, defendeu Timm, é que poderá ser equacionado essa distorção.

O primeiro aspecto a ser reconsiderado nesse planejamento, anunciou o presidente do Corecon, "é a adequação da cidade a uma nova realidade". Brasília, enfatizou Timm, "não pode continuar sendo encarada como um canteiro de obra e não se limita a um espaço de arquitetos e urbanistas". A execução de uma política social, argumentou ele, "precisa ser enquadrada numa perspectiva eco-

nômica" e nomes como o de Celso Furtado, lembrou, poderiam se enquadrar nessa equipe de planejadores.

A ação planejada do Governo, segundo Paulo Timm, deve ser submetida ao crivo do Congresso Nacional, já que o Distrito Federal não tem um organismo fiscalizador. Desse plano deve constar uma redistribuição das funções das cidades-satélites e da região geoeconômica.

O desenvolvimento do Distrito Federal, de forma integrada a região circunvizinha, é um assunto que extrapola os limites da realidade comunitária e que interessa a toda Nação. Pela sua condição de capital da República Brasília deve ter sua vocação redefinida a partir de sugestões da comunidade, com o posterior aval do Congresso, defendeu Paulo Timm.